

# Secretarias de Estado

## Ministério da Justiça

### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 0114, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1983

O Ministro de Estado DA JUSTIÇA, considerando que é do interesse do Governo o amplo e democrático debate sobre a alteração da legislação em vigor no país,

**R E S O L V E** autorizar a publicação, no Diário Oficial da União, de texto de Proposta de Emenda à Constituição que cria o Sistema de Segurança Pública e anteprojeto de normas gerais de organização da Polícia Civil das Unidades da Federação, elaborados pelo Grupo de Trabalho criado pela Portaria MJ 226, de 1º de março de 1982.

Essa publicação realiza-se com o objetivo estimular o debate sobre os documentos e de obter o maior número de contribuições sobre a matéria.

As sugestões deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, na Esplanada dos Ministérios em Brasília, Distrito Federal - CEP 70.064, até sessenta dias a contar da referida publicação.

IBRAHIM ABI-ACKEL

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

Portaria nº 011/20, de 18 de fevereiro de 1983.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, usando da atribuição que lhe confere o art. 26, item 13, do Regimento aprovado pela Portaria nº 43-B, de 11 de fevereiro de 1974, do Ministério da Justiça, resolve:

Credenciar, a título provisório, pelo Departamento de Imprensa Nacional, como REVENDEDORA, tendo em vista a concessão de medida liminar nos autos do Mandado de Segurança nº I-156/83-B, impetrado por ADIDO - ASSINATURAS E DISTRIBUIÇÃO DE DIÁRIOS OFICIAIS LTDA. contra ato desta Diretoria, encaminhados através do Ofício nº 54/83-B, de 18/02/83, do Excelentíssimo Senhor Juiz Federal da 1ª Vara-I, da Seção Judiciária do Distrito Federal, da Justiça Federal, a firma ADIDO - ASSINATURAS E DISTRIBUIÇÃO DE DIÁRIOS OFICIAIS LTDA, para distribuição e revenda das edições dos Jornais Oficiais.

DINORÁ MORAES FERREIRA  
Diretora-Geral

### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 26ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 06.12.82.

As dez horas do dia seis de dezembro de um mil novecentos e oitenta e dois, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Ministério da Justiça, quarto andar, sala quatrocentos e setenta. Presentes os Senhores Conselheiros ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, ANTÔNIO VICENTE DA COSTA JÚ-

NIOR, BENJAMIN MORAES FILHO, EVERARDO DA CUNHA LUNA, HEBER SOARES VARGAS, JASON SOARES ALBERGARIA, ALCÉO MORAES ALMEIDA E JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS. Em assuntos gerais, o Senhor Presidente informou ao Plenário sobre os expedientes que tramitaram pelo CNPP no período compreendido entre primeiro de outubro a dois de dezembro último. Iniciando os trabalhos contidos na ordem do dia o Senhor Presidente submeteu a ata da reunião anterior à apreciação do Colendo Conselho, tendo sido aprovada pela unanimidade dos presentes. Em seguida o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO que proferiu a leitura do relatório que redigiu sobre as atividades anuais do CNPP, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Considerando, as Apreciações Críticas e Recomendações relativas ao Sistema Penitenciário do Rio, elaborados sobre dados constantes no Relatório de Inspeção aos Serviços Penitenciários daquele estado, e já mencionados em atas anteriores, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA, que em suas considerações destacou insuficiências de desempenho no que se refere à Direção Prisional, Comunidade Técnica, Pessoal, Instalação dos Estabelecimentos Prisionais e Condições de Vida Prisional. A todos os destaques levantados o nobre relator apresentou sugestões que foram plenamente acolhidas pelo Egregio Conselho e encaminhadas ao DEPEN. Prosseguindo o Senhor Conselheiro JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, iniciou o seu relato traçando um paralelo entre aquilo que apreciou no relatório DEPEN e a nova Política Penitenciária a ser desenvolvida no País. Embora reconhecendo as dificuldades que enfrentam os Dirigentes de Sistema, avocou principalmente pelo respeito à dignidade dos cidadãos que recebem tratamento penal, ressaltando na oportunidade as responsabilidades Políticas e Sociais das autoridades e da comunidade em geral com essa clientela. Desarte sugeriu a convocação de entidades de classe e clubes de serviço para que, em suas atribuições, integrem "com animus definitivo" na complexidade do Sistema. Considerando a gravidade dos fatos trazidos pelo Relatório-DEPEN e a importância do Sistema Penitenciário - Rio, no contexto do penitenciarismo brasileiro, finalizou ponderando ao CNPP pelo adiamento das providências sanadoras, tendo em vista a proximidade da mudança da administração naquele estado. Posta a matéria em discussão ficou resolvido de acordo com o voto do relator devendo as recomendações serem encaminhadas ao novo Governo do Estado do Rio de Janeiro, que, através da imprensa vêm demonstrando empenho na reformulação do Sistema Penal local, já havendo constituído uma comissão para este fim. Além da matéria votada o relator no intuito de contribuir com o CNPP, sugeriu a criação e instalação de um Conselho Estadual de Política Penitenciária no Estado do Rio, a fim de facilitar e incrementar a atualização da nova filosofia da Política Penitenciária. A oportunidade o Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO ressaltou a competência dos Diretores de Sistema e informou que no 19 Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária foi aprovada matéria sobre o assunto. A sugestão do relator aceita em parte, foi aproveitada pelo Senhor Presidente com a finalidade de dar aos Senhores Conselheiros Representantes dos Estados maior amplitude de atuação, criando para isto, uma comissão, incumbida de elaborar um esboço de atribuições a serem desempenhadas futuramente. A mencionada comissão será presidida pelo Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA e terá como membros os Senhores ANTÔNIO ZAPPALÁ e NABOR CESAR SIQUEIRA. Ainda sobre o Relatório de Inspeção-DEPEN o Senhor Diretor do DESIPE - Rio, encaminhou extenso relatório que esclarece e justifica fatos levantados pela equipe que elaborou o documento. Presentes à reunião o Senhor Conselheiro ANTÔNIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR congratulou com a preocupação voltada para os dirigentes do sistema e sugeriu a realização de uma reunião com os dirigentes penitenciários, com o propósito de estabelecer um vínculo mais estreito com o CNPP e facilitar a